

FMI chega no dia 15 e crê em acordo próximo

por Maria Christina Carvalho
de Santa Cruz de la Sierra

O Fundo Monetário Internacional (FMI) acredita que o Brasil vai chegar, proximamente, a um acordo com os bancos credores, e começa a reativar os contatos com o País, no dia 15, quando uma nova missão do Fundo chega a Brasília.

Trata-se de uma visita de rotina, de economista do Departamento Ocidental, prevista no artigo 4º do Fundo, para conhecer o novo plano econômico do governo e o que o Brasil pretende fazer daqui para frente. Esse tipo de visita é anual, e se destina a levantar informações dos países-membros.

A visita também tem relação com o princípio de progresso das negociações do Brasil com os bancos credores. Roberto Brauning, chefe de informação do Departamento Ocidental, esclareceu, na terça-feira no 6º Seminário para Jornalistas da Área Econômica, organizado pelo Fundo, Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que o FMI nunca é uma das partes na negociação com os bancos, mas sempre acompanha atentamente.

Desde que o governo Colômbia começou a negociar com os credores, esses movimentos têm sido seguidos pelo FMI, que vem tratando o caso no espírito de uma política introduzida em maio de 1989, que admite a existência de atrasos com os credores privados desde que seja inevitável e esteja havendo "algum processo de negociação em andamento", como disse Brauning.

Também por causa dessa política, o Fundo não fechou um acordo com o Brasil no ano passado pois ela pressupõe que os programas de ajustes estejam "devidamente financiados, que o financiamento seja conseqüente com um retorno a uma situação viável de balanço de pagamentos e com a capacidade de o país-membro de reembolsar o programa", como diz documento do Fundo.

José Fajgenbaum, assessor do diretor do Hemisfério Ocidental, contou que essa nova política de garantia de financiamento surgiu em vista da mudança de comportamento dos

bancos frente aos programas de ajuste, que levaram devedores e credores a necessitar de mais tempo para se acertar.

Ele lembrou que, após a crise da dívida de 1982, muitos bancos continuaram dispostos a conceder empréstimos para apoiar os ajustes dos credores. O FMI determinava qual era o justo possível e o financiamento necessário, exigindo também uma massa crítica de apoio dos bancos em acordo para fechar o seu. "Não havia pressão mais forte do que isso", observou. Mas, depois de algum tempo, os bancos começaram a se retirar dos acordos, levando o FMI a mudar sua política e a passar a aceitar atrasos, desde que haja esperança de acordo.

A nova política de garantia de financiamento implicou duas mudanças básicas, de acordo com documento do FMI. Uma delas é a tolerância aos atrasos com os bancos credores — não os oficiais — desde que estejam sendo conduzidas negociações, e a situação financeira do país torne os atrasos inevitáveis.

A outra mudança é que o FMI pode acertar um acordo com o país devedor, antes que se conclua um plano de financiamento com os bancos, desde que: a) o apoio prévio do FMI seja fundamental para deslanchar o programa de ajuste; ou b) se as negociações com os credores já começaram e se pode prever que chegarão, em um tempo razoável, a um plano de financiamento.

Fajgenbaum esclareceu que não existe um valor limite para os atrasos. Na verdade, tudo depende de que "credores e devedores estejam falando a mesma língua", isto é, tenham os pontos de negociação em acordo, embora ainda não exista acerto nos detalhes e percentuais.

O Plano Brady, de 1989, também introduziu mudanças no FMI ao estimular a redução da dívida através de sua recompra no mercado secundário ou a sua troca por bônus (securitização). Acordos desse tipo já foram feitos com a Venezuela, México e Filipinas. Até 25% do financiamento que o Fundo concede pode ser destinado à recompra da dívida.